



CARLOS NOGUEIRA

Desenvolvido desde 2008, a agenda ambiental do complexo marítimo determina 13 ações para reduzir os impactos das operações portuárias e dos projetos de expansão do cais no ecossistema da Baixada Santista

Porto conclui agenda ambiental

Elaborado por pesquisadores da UniSantos, material será apresentado à comunidade portuária na próxima 4ª-feira, na sede da Codesp

DA REDAÇÃO

As ações voltadas ao meio ambiente que serão implementadas pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp, a administradora do Porto de Santos) e pelas empresas do setor – em cenários de curto, médio e longo prazos – serão conhecidas na próxima quarta-feira, quando a estatal apresentará a Agenda Ambiental do complexo santista.

A cerimônia acontecerá às

10 horas, no auditório da Docas, no Macuco, em Santos. A agenda foi elaborada pela Universidade Católica de Santos (UniSantos), com supervisão da Codesp.

Operadores portuários, prefeituras e órgãos intervenientes na atividade do Porto receberão exemplares do estudo. Mil serão enviados a entidades de ensino e cerca de 50, à Cetesb. No total, duas mil cópias serão distribuídas pela Compa-

nhia Docas.

A agenda reúne as medidas voltadas ao gerenciamento ambiental do Porto, nos aspectos relacionados a passivos, ao controle da emissão de poluentes, a vetores e ainda casos de obras como as dragagens de aprofundamento e manutenção, além dos projetos de expansão do cais santista.

O estudo ambiental prevê 13 ações, que serão executadas a partir de seis objetivos. Três

deles são implementar unidades de gerenciamento ambiental no porto organizado e promover o controle ambiental da atividade portuária e também o gerenciamento costeiro.

Implantar a gestão ambiental nas instalações fora do porto organizado, regulamentar os procedimentos operacionais, adequando-os aos padrões estabelecidos, e capacitar profissionais para a gestão ambiental portuária são as ou-

tras três metas.

A expectativa era de que o material fosse divulgado em março passado. Ele começou a ser desenvolvido em 2008 e, desde então, ocorreram debates e eventos que reuniram os subsídios necessários para a elaboração dessas metas.

Uma parte das discussões precisou ser atualizada após a entrada em vigor do novo marco regulatório do setor portuário – a Lei nº 12.815, a nova Lei

dos Portos, promulgada em 5 de junho do ano passado. Isso foi necessário pois a legislação alterou as atribuições e responsabilidades da administradora portuária.

Além das metas, o material também descreverá a situação ambiental atual do Porto de Santos e as medidas que devem ser tomadas para que as operações causem o mínimo de impactos no meio ambiente da região.